

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CONSEMA**

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze realizou-se a Centésima Septuagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Maria Patrícia Mollmann**, Presidente do CONSEMA e representante da SEMA; **Sr. Torvaldo Marzolla**, representante da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FGCBH); **Sr. Daniel Chies**, representante da ONG Os Amigos da Floresta; **Sr. Fernando Hartmann**, representante da SERGS; **Sr. Darci Campani**, representante da Instituição Universitária Pública; **Sra. Lisiane Becker**, representante da ONG Mira-Serra; **Sr. Eloi Flores**, representante da SEDUC/RS; **Sra. Maria do Socorro Ramos Barbosa**, representante da SEPLAG; **Sra. Silvia Aparecida Rudek Wathier**, representante da FAMURS; **Sra. Suzana Sperry**, representante da SDECT; **Sr. Rodrigo Ramos Rizzo**, representante da SAP; **Sra. Rosane Prato**, representante da Secretária da Saúde; **Sra. Katiane Roxo**, representante da FECOMÉRCIO; **Sr. Rafael Volquind**, representante da FEPAM; **Sr. José Homero Finamor Pinto**, representante do CREA/RS; **Sr. Manuel Strauch**, representante da UPAN; **Sr. Itabajara Vaz**, representante do Centro de Biotecnologia do Estado (CBIOT); **Sr. Alberto Niederauer Becker**, representante da Secretaria de Segurança Pública (SSP); **Sr. André José Kryszczun**, representante da Secretaria da Cultura (SEDAC); **Sr. Pedro Antônio Dall Acqua**, representante da Secretaria de Obras Públicas (SOP); **Sr. Guilherme Velten Junior**, representante da FETAG; **Sra. Ana Lucia Flôres Cruz**, representante do SINDIÁGUA; **Sr. Jonatan Bronstrup**, representante da Secretaria de Minas e Energia (SME). Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Ilsi Lob Boldrini, da ONG Igré; Sra. Ana Rosa Severo Bered, da ASFEPAM. Encontravam-se presentes: Sr. Julio C. Salecker, do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Sr. William Papi, da Prefeitura Municipal de Esteio; Sra. Aline dos Santos Stoll, da SMAM/Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Sr. Mauro Gomes de Moura, da SMAM/Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Sra. Nicole Escouto Fantinel; Sra. Andréa F. Enzweiler, da FAMURS; Sra. Kathia V. Monteiro, do Instituto Augusto Carneiro; Sr. Valtemir Goldmeier, da SEMA/RS; Sr. Carlos Atilio Todeschini, da Prefeitura Municipal de Canoas; Sra. Camila Centeno, da Prefeitura Municipal de Canoas; Sr. Egbert Mallmann, da Prefeitura Municipal de Canoas; Sra. Luiza Helena Loutra, da Secretaria de Obras Públicas (SOP); Sra. Sandra Berto, da SERGS. Iniciando a sessão a **Sra. Maria Patrícia** faz o uso da palavra: "Boa tarde a todos! Vamos fazer a verificação de quórum, antes de iniciarmos a reunião. Por favor, levantem seus crachás! Dezenove (19) conselheiros presentes. Ok, obrigada! Com relação às justificativas de ausências, temos: a ONG IGRÉ e a ASFEPAM. Vocês devem estar sentindo falta da Secretária Executiva Ananda de Oliveira, que em função da transição foi exonerada. Eu convidei-a para vir fazer sua despedida, mas ela não compareceu. Já temos uma nova pessoa que deve assumir o cargo nos próximos dias, que será cedida da FEPAM. Vamos para a aprovação da pauta de hoje. Favoráveis? Dezenove (19) votos. Contrários? Nenhum voto. Abstenções? Nenhuma. Aprovada a pauta. Coloco em votação as Atas das Reuniões Ordinárias Centésima Septuagésima Segunda (172ª) e Centésima Septuagésima Terceira (173ª), que foram enviadas por e-mail. Registro aqui que não houve nenhuma sugestão de correção, não chegou a Secretaria Executiva do CONSEMA nenhum pedido de modificação com relação às Atas. Favoráveis à aprovação das Atas, por favor, levantem seus crachás! Dezoito (18) votos. Contrários? Nenhum voto. Abstenções? Uma (1), da Mira-Serra, por não ter tempo hábil para leitura. Aprovadas as Atas, sem alterações. Fazendo aqui então uma breve explicação, os Conselheiros não sei se todos estavam presentes na reunião de Janeiro. Nos chegou um Ofício encaminhado aos Conselheiros, do Município de Porto Alegre tá, informando que não concordava com a Resolução 288/2014 na questão da exigência de anuência em APP's pela Secretaria do Meio Ambiente nas que forem de impactos local, a FAMURS também naquela mesma reunião fez sua manifestação, entendendo que juridicamente não seria legal essa exigência e na oportunidade na reunião passada se votou pautar, como era só uma questão jurídica enfim, de legalidade ou não dessa exigência de anuência, que os Municípios peçam anuência pro Estado para intervenção em APP's, esse Conselho decidiu por pautar nesta reunião, já a questão de revogação desse dispositivo, os anexos e outras questões da Resolução 288 mais técnicas estão sendo discutidas na Câmara Técnica, que teve uma reunião agora há uma ou duas semanas atrás, isso aí vai ser trazido ao Plenário, a gente pode depois mantê-los informados como estão essas reuniões da Câmara Técnica. E aí a proposta encaminhada de Resolução tá aqui os considerandos, que o quê que se entende, que a Lei Complementar 140 editada em 2011, que essa é a posição da

58 Secretaria, prevê na verdade que um único órgão ambiental licencie a atividade, salvo exceções previstas em Lei,
59 que é o caso da Lei da Mata Atlântica que não pega a questão das áreas de preservação permanente, então esses
60 compor foi feito um considerando nesse sentido, a incompatibilidade do parágrafo 3º do artigo 1º da Resolução do
61 CONSEMA que trata da anuência, e aí o mérito da Resolução é apenas a revogação do paragrafo e por lógica
62 excluir das colunas onde se reporta essa exigência de anuência se excluiu essa referência. Então eu vou abrir pra
63 debates, não sei se algum conselheiro se inscreve e aí a a gente depois vê qual é o encaminhamento, a UPAN
64 mais algum? Então passo a palavra. **Sr. Manuel Strauch:** UPAN, é bom aqui primeiramente a base jurídica
65 inclusive que foi enviado pra gente, o parecer do IBAMA como resposta ao departamento de licenciamento do
66 IBAMA, ele fala sobre licenciamento de autorização, ou seja, a base de argumentação nada tem a ver com o que a
67 gente tá falando aqui que é uma anuência. O órgão ambiental licenciador ele pode dependendo do caso da
68 licença, necessitar de anuência de diversos órgãos e ele continua sendo o licenciador e ele que licencia, então o
69 fato de ser exigido uma anuência seja do BNDE muitas vezes necessário, seja do IFAN muitas vezes necessário,
70 ou seja do DEFAP ou seja em função da lei da Mata atlântica é, são fatos comuns e que nada tem a ver com a
71 independência do órgão que está licenciando ele apenas pra motivos específicos precisa dessa anuência, então a
72 base, eu considero que essa base de organização que está montada aqui, ela faz ele falar em argumentar a
73 questão de autorização de licenciamento enquanto estamos falando de anuência que é um outro assunto. A
74 questão do DEFAP conceder anuência tem a ver com a necessidade de um planejamento Estadual de corredores
75 ecológicos e isso necessita de um controle centralizado, então é importante que o DEFAP tenha esse controle
76 sobre intervenções em APP' e em nenhum momento isto está contra, inconstitucional, contra alguma Lei porque
77 existe a Lei da Mata Atlântica que fala disso também existem outras obices legais que encerram o IFAN, IPM e
78 outros órgãos como necessário para anuência, então eu não entendo e não aceito essa justificativa legal dada. Por
79 outro lado eu entendo que é necessário agilizar os processos de licenciamento ambiental, eu acho bom que a
80 FEPAM a SEMA estejam se preocupando em otimizar o quadro, redução de custos do Estado precisa disso, nós
81 sabemos que o Estado está com uma deficiência financeira e pra sair desse problema nós precisamos estimular a
82 Indústria o Comércio a atividade econômica no Estado, pra isso uma coisa que está atravancando muito são os
83 licenciamentos. No entanto, ao mesmo tempo em que nós temos essa necessidade, ao invés de investir na
84 aceleração das licenças através de melhores estrutura, nós temos um Governo que cancela o concurso para
85 contratar mais funcionários, e seria lógico contratar mais funcionários para agilizar os processos e com isso
86 conseguir alavancar também a economia, as coisas que é necessário, então eu vejo esse seria o caminho normal e
87 não tentar reduzir os processos as exigências e acelerar dessa forma, então devido a isso a UPAN se posiciona
88 contrária a proposta apresentada. **Sra. Maria Patrícia:** Temos aqui mais uma inscrição, é o Mauro Moura é da
89 Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Sr. Mauro Moura:** Boa tarde a todos, prazer voltar a esse
90 Conselho, é Mauro Moura, Secretaria Municipal do Meio Ambiente eu sou supervisor do meio ambiente lá. Bom
91 com relação a essa Resolução algumas coisas, a Prefeitura de Porto Alegre fez uma exaustiva análise dessa
92 Resolução e consideramos que a Lei Complementar 140 é muito clara, o licenciamento deve ser feito num único
93 nível de competência, ainda mais que a intervenção em APP é uma das análises do licenciamento ambiental, outra
94 coisa é, nós devemos fazer delegação de competência, nós devemos tá fazendo essas tabelas de impacto local de
95 certa forma irresponsável pelo jeito, porque se nós aceitamos transferir serviços pro Município, loteamento de até
96 vinte (20) hectares não sei mais o quê, os Municípios não tem condições de analisar legislação com relação a APP,
97 então não vamos mais fazer a FEPAM licencia tudo, não tem sentido se achar que alguém formado pela UFRGS,
98 vai trabalhar aqui na FEPAM, formado pela mesma Faculdade, não tem o menor sentido, e no mais não tem
99 sentido trazer todo o licenciamento ambiental de quatrocentos e noventa e seis (496) municípios para o DEFAP,
100 não vai conseguir fazer essa análise com a qualidade que os Municípios deviam fazer, se os Municípios não estão
101 com essa qualidade, talvez não deversem fazer uma Resolução com esse porte de delegação, e ter feito
102 delegação de competência para os Municípios em que ocorrem, o que se pode fazer, foi delegado delegação de
103 competência pra um loteamento de vinte hectares (20 ha) a valer pra todos os Municípios, tendo ou não tendo
104 gente para fazer isso, outra coisa que é visível nessa resolução, é que houve um exagero do que é impacto local,
105 olha quem tem que dizer o que é impacto local, (inaudível) algumas coisas mais que tem aí, é um absurdo. Isso
106 pode ser importante ou não, em determinado Município, seus Conselhos municipais do Meio Ambiente, podem
107 dizer e aumentar essa listagem, agora porque que eu tenho que licenciar na SMAM de Porto Alegre, (inaudível) aí
108 foi uma decisão do Município através do seu Conselho do Meio Ambiente, nós solicitamos, pelo menos a SMAM,
109 solicita não sei se vocês solicitam pra FAMURS, que quando é refeita essa listagem se tire algumas coisas que se
110 o Município tiver a necessidade através do seu Conselho Estadual do Meio Ambiente faz uma Resolução e
111 submete ao licenciamento ambiental. Nós aqui em Porto Alegre por exemplo não temos o mínimo interesse em
112 licenciar salvo outras coisas mais, são outras coisas que já colocamos na Resolução do Conselho Municipal do
113 Meio Ambiente, então assim eu peço que olhem com cuidado esta revisão dessa Resolução, porque se o Município
114 não estiver licenciando por qualquer razão, quem vai licenciar por uso coletivo é a FEPAM, porque hoje é
115 obrigatório que seja de uso coletivo, seja licenciada por essa Resolução. Então pedimos o cuidado, nós vamos

116 tentar ajudar, tenho isso através da FAMURS, que se desses Municípios a partir de determinado ponto escolher se
117 querem licenciar algumas atividades, se realmente no Município isso tem um impacto importante. **Sr. Willian Papi**
118 “Sou Biólogo, eu represento a Secretaria Municipal de Esteio, tô aqui também representando o Prefeito, em nome
119 do Pró-Sinos, ele também é presidente do Pró-Sinos, a gente também remeteu uma carta à Secretaria, não sei se
120 chegou na Secretaria do CONSEMA, primeiro eu gostaria de colocar, endossar as palavras do representante da
121 SMAM de Porto Alegre, o posicionamento é quase o mesmo e acrescentaria inclusive, que aquelas atividades que
122 a FEPAM entende que são de impacto Estadual deveria estar regradas por este Conselho porque o que os
123 Municípios muitas vezes o que tem que fazer, é buscar se no site foi atualizado ou não através de códigos, então
124 se eu quero saber, se esses códigos ainda valem ou não, eu não tenho que remeter nenhuma Resolução, nenhuma
125 Lei, eu tenho que entrar, no site e verificar se o departamento, resolveu alterar ou não, deixando claro quais as
126 atividades de potencial poluidor, aquelas identificadas como potencial poluidor do local, com impacto local e
127 aquelas que ficam, a critério em que hoje ficam uma lacuna, fica a critério do Município como própria Secretaria
128 manifestou, mas pra mim a questão da legalidade, que já está apontada aqui, a questão do jurídico do Município de
129 vários Municípios do Consórcio Pró-Sinos, tem manifestado a mesma situação da Secretaria Municipal de Porto
130 Alegre, a gente entende que esse parágrafo ele retira uma competência dada por Lei Federal aos Municípios e eu
131 gostaria também de relatar alguns casos concretos que grande parte dos Municípios convive, o próprio Estado do
132 Rio Grande do Sul responde inclusive por ações civis públicas, e eu falo em relação as enchentes dos Municípios
133 da Região do Vale do Sinos, o nosso Município fica na parte mais baixa do Vale do Sinos, abaixo de Canoas, nós
134 sofremos com quatro (4) enchentes em menos de três (3) ou quatro (4) meses, sendo que dessas quatro (4)
135 enchentes, três (3) se deram em um arroio, em um arroio que divide o Município de Esteio e Canoas, em uma área
136 completamente urbanizada, sensível essas questões vem se repetindo ao longo dos anos, que o estopim foi em
137 dois mil e treze (2013) e nós fizemos um projeto junto ao Ministério das Cidades pra tentar fazer a contenção de
138 cheias, este projeto estava em andamento, e agora a gente estava em fase final, pra tentar liberar a construção de
139 uma galeria para aumentar em cinquenta por cento (50%) a vazão deste corpo hídrico. E fomo pegos de surpresa,
140 então com a edição dessa Resolução de outubro que nos retirou a possibilidade de autorizar o manejo da
141 vegetação, tão logo que saiu a Resolução nós acatamos a Resolução e viemos em uma reunião com o DEFAP,
142 onde conversamos com dois técnicos do DEFAP, que nos colocaram que era um procedimento muito tranquilo,
143 muito padrão, passaram a preencher alguns requisitos manifestando e desde então estamos aguardando, isso já
144 fazem quatro meses, agora em fevereiro tivemos uma chuva e por alguns milímetro nós não tivemos um novo
145 alagamento, porque não conseguimos concluir as obras da galeria, quando não se tem isso tipo de anuência, que
146 entrou no meio do processo do licenciamento, então gostaria de manifestar aqui, de endossar, nós também
147 entendemos como município de Esteio e quanto Pró-Sinos de que esse artigo retira direito que foram concedidos
148 por uma Lei Federal complementar e gostaria que se tivesse um pouco de sensibilidade em relação aos Municípios,
149 porque milhares de famílias irem para de baixo da água, por incapacidade de determinado departamento tem de
150 atender essa demanda, eu acho que alguma coisa está errada, eu acho que a gente sobrepor o interesse, da
151 coletividade a determinados pontos, eu acho complicado e coloco aqui, me coloca também como técnico, eu não
152 sou CC, sou servidor público e faço a mesma pergunta que o Mauro colocou, eu com a mesma formação,
153 concursado da mesma forma, não sou servidor público, não tenho condições de avaliar se aquela obra em APP
154 está apertando ou está com a vegetação, aí tem um contrassenso, existem obras e atividades muito mais com a
155 resolução duzentos e oitenta e oito (288), que estão naquela tabela do que intervenções pontuais em áreas de APP
156 que nós lidamos, nós não estamos falando de grande rios, ou o rio dos sinos, nós estamos falando de arroios, que
157 cortam as cidades, que praticamente são canais, então se entrega para um concursado, formado que não é capaz
158 de avaliar essas questões, eu acho também que tem que se rever algumas questões, então é só colocar aqui essa
159 questão e ainda, e aguardamos ainda, espero que o mais breve possível porque mais quatro (4) meses nós não
160 sabemos se as famílias vão superar. Obrigado. **Sra Lisiane Becker** “A Resolução duzentos e oitenta e oito (288)
161 todos sabem que foi feita as pressas, então não temos apenas esse problema, mas vários outros e já estão sendo
162 tratados de novo na Câmara Técnica, inclusive pegou de surpresa essa matéria vir diretamente pra plenária, por
163 que ela seria algo de apresentação na Câmara Técnica Gestão Compartilhada, fiquei muito surpresa que essa
164 matéria venha direto pra plenária, esse é o primeiro ponto, acho que não temos condições de avaliar isso aqui, na
165 força, na marra, vamos fazer agora, na outra Câmara Técnica sim, porque foi de lá que veio e sofreu-se muitas
166 pressões, no final do mandato pra aprovar do jeito que está, tem outras irregularidades muito maiores. Quanto a
167 questão que o Mauro colocou no caso da APP, nós temos um caso clássico (inaudível) eu mandei pra SMAM, que
168 me respondeu que aquilo era uma obra de utilidade pública, eu perguntei qual era o documento que eu encontrava
169 isso, até hoje não me foi dado isso, permissão em APP mesmo em um caso em que Porto Alegre tinha essa
170 competência geral não poderia fazer sem um documento dizendo que era utilidade pública pra intervir, até hoje
171 estou aguardando a resposta, então tem várias questões e eu digo assim Mauro, tu está usando um argumento e
172 eu estou usando outro, no município de Porto Alegre uma construção em APP, não foi capaz de dizer porque tinha
173 uma obra em APP ser um documento que declarasse que era utilidade pública, porque se é interesse pessoal é o

174 que a Lei deixa mexer em APP e até hoje foi feita sem dar uma resposta, eu fico pensando realmente se Porto
175 Alegre tem toda esse status e não consegue dar uma resposta, eu não imagino como estão nos outros Municípios,
176 bom eu concordo plenamente como Mauro em outra questão a de delegação de competência, isso é uma proposta
177 que nós fizemos na Câmara Técnica, quem estava respondendo pela FEPAM na Câmara Técnica, se hoje estão
178 mal conseguindo ver o estabelecimento do convênio da Mata Atlântica, como é que eu vão responder pra todos os
179 municípios, essa resposta que está gravada em algum lugar. Concordo contigo, tem muitos que não tem condições,
180 ele tem que declarar quem não tem e não ficar nessa coisa de empurra-empurra, e APP eu considero muita
181 questão técnica, APP, simplesmente não é uma APP, um item a ser licenciado, ele está após o impacto local,
182 mesmo esses arroios, os rios são feitos de arroios, são feitos de nascentes qualquer arroio agora é passível de
183 permissão. A Mata Atlântica, como bem falou o Manuel da UPAN, a Mata Atlântica é (inaudível) em várias questões
184 e ninguém está brabo por causa disso, até passa por cima, qualquer loteamento que tenha mais de três hectares
185 (3ha) em área urbana, precisa de anuência e ninguém está brabo com isso, sem tem um aspecto arqueológico,
186 precisa também, porque uma área de preservação permanente, em termos de Século XXI, onde a gente tem
187 problema com água, com biodiversidade, nós não podemos fazer uma anuência, não é licenciamento, é uma
188 anuência. O órgão pode colocar no seu plano de gestão, todas essas APP's para poder fazer uma gestão
189 sustentável, que eu acho que é esse o propósito do CONSEMA, nós temos uma gestão que compartilha de todo o
190 uso, não significa não licenciar, não autorizar, é uma anuência, porque se tem medo disso, eu realmente não sei,
191 porque se tem medo de ter uma anuência? Eu pergunto. Acho que sou pega de surpresa por uma resolução que
192 sou meio atropelada, não passou por uma Câmara como era o previsto, né Sandra? Nós já estávamos
193 encaminhando pra isso, a próxima reunião a pauta seria isso daí, agora tem uma Resolução assim, acho que nós
194 estamos atropelando um processo dentro do CONSEMA.” **Andreia Enzweiler** “Só pra contrapor aqui com a Lisiane
195 a FAMURS e a Câmara Técnica alinhou essa proposta pra ser discutida na Câmara Técnica e posteriormente, foi
196 enviada pra cá. Lisiane, não é a questão de dizer, porque o medo, acho que não é essa a questão, medo porque o
197 Município tem medo? Até porque se o Município tem medo de licenciar não aceitaria nem a nova tabela da
198 Resolução do impacto local, com todas as ampliações que foram fornecidas, é uma questão de ter o amparo legal e
199 fazer com que a Lei se cumpra, essa Resolução deu esse poder aos Municípios e com base legal, em que, nós
200 trouxemos em uma das últimas reuniões do CONSEMA, tu deve lembrar a inconstitucionalidade e também a
201 jurisprudência com relação ao judiciário quanto a esse tema, então muito das questões que estão sendo tratadas
202 aqui, não foi como muitos pensam, nós trabalhamos nessa Resolução, muitos aqui estavam presentes, tu inclusive,
203 eu inclusive, nós na Câmara Técnica desde dois mil e sete (2007) tentando fazer as alterações, acho que o
204 Valtemir também, que está aqui, quanto tempo antes nós trabalhamos para a mudança dessa Resolução e a
205 duzentos e oitenta e oito (288) ficou durante dois (2) anos em pauta. Então ela não foi rapidamente assim, no
206 fechar das luzes e no final do ano. Muitas das questões que estão aqui foram incessantemente trilhadas e
207 conversadas, com todos os Municípios, tu sabes. Como o nosso colega da Prefeitura de Porto Alegre disse aqui
208 esses quatrocentos e noventa e sete (497) Municípios estiveram a frente de todas essas discussões, inclusive,
209 várias temáticas. Reunião da FAMURS, com mais de cento e setenta pessoas, representantes de vinte e seis (26)
210 associações de Municípios. Olha se isso não é uma representatividade quanto a temática referente a impacto local,
211 eu não sei o que é representatividade. Outra coisa, eu discordo do Manuel, que é meu colega, nosso colega, sou
212 bióloga também, quanto a temática de que anuência diverge do licenciamento, acho que não, o licenciamento,
213 quando se vai fazer uma intervenção em APP, muitas vezes vai fazer como Pró-Sinos, uma canalização, vai se
214 fazer uma obra Civil e isso não é licenciamento? Ou não está isso na tabela? Então eu não sei também, o que é
215 licenciamento. E dizer que os Municípios não estão preparados eu também discordo em gênero, número e grau,
216 pois todos os Municípios a partir da eleição da Resolução duzentos e oitenta e oito (288), haja vista que nesses
217 últimos cinco (5) seis (6) anos como relação a essa temática, é diário, é quase que diária a maioria das Prefeituras
218 contratando profissionais, chamando biólogos para Concursos, todas as entidades e todas os setores estão
219 empenhado em fazer com que realmente se cumpra o que a Resolução repassou aos seus Municípios por
220 competência e qualidade de suas gestões, outra coisa que eu gostaria de dizer, referente a alguns quesitos que se
221 encontram na Resolução que estavam na Resolução da duzentos e oitenta e oito (288) foram, por isso é dito, um
222 CODRAM genérico, porque, para questões em que precisassem licenciar atividades que eles entendiam de
223 impacto local e que poderiam legislar sobre a temática, inclusive sobre aprovação de seu Conselho do Meio
224 Ambiente, a anuência já está prevista dentro da Resolução, e também dentro da parte florestal, e a FAMURS, junto
225 com o apoio de várias entidades, de todas e da temática toda da legislação, entende que se está inconstitucional,
226 entende que se deve retirar esta questão de pauta. Outra questão que eu gostaria de comentar... Retirar da
227 Resolução e uma vez que por exemplo me comentaram aqui a questão da Mata Atlântica, os Municípios assinaram,
228 o convênio da Mata Atlântica, são mais de trezentos (300) Municípios com o convênio assinado e naquela
229 assinatura foi prometido que seria fornecido um mapa dos fragmentos ou dos locais que existiam Mata Atlântica e
230 até agora o Município não tem, foi nos dito aqui em uma reunião do CONSEMA, que o Município tem acesso a um
231 site a um ícone dentro do site, aqui do órgão, do qual nós poderíamos acessar pra ver, onde eram os fragmentos e

232 aonde estaria localizada os remanescentes de Mata Atlântica, até hoje não existe, aí eu pergunto, ampliar
233 competência, tá, a solução é criar competências e ainda sim, a questão de novas assinaturas no convênio, se nós
234 não temos esse amparo, ainda vão criar anuência, o Estado não consegue, o Estado necessita repassar isso para
235 os Municípios, o Municípios tem competência pra isso, em uma última reunião do CONSEMA, eu fiz esse
236 questionamento aqui, como a Resolução diz aqui que a anuência deve ser dado, quem faz o licenciamento por um
237 único ente que quiserem, engraçado, eu não vejo o Estado pedir isso no Município, eu não recebi nenhuma
238 anuência, quando o Estado faz intervenções no Município, quando o Estado é o órgão licenciador, então tem
239 alguma coisa errada aí, porque do Estado não provem nenhuma solicitação de anuência, então porque o Município
240 precisa reverter essa anuência para o Estado? Então são essas as colocações no primeiro momento da retirada e
241 da questão florestal também. **Sr. Manuel Strauch** “Primeiramente Mauro, concordo com uma outra coisa que falou,
242 mas o assunto aqui, a questão do licenciamento, não vai ser obrigatório, tem bastante coisa aqui que não seria
243 necessário e em uma revisão se falará sobre isso, sobre as questões das enchentes em Esteio, essas enchentes
244 elas também estão bastante relacionadas com aterros de banhados em áreas úmidas em municípios acima de
245 Esteio. Inclusive em São Leopoldo, que aterrou durante muitos anos os próprios banhados, que estão do outro lado
246 do dick, sem anuência com a justificativa de que aquilo ali não é banhado, é um remanescente de banhado, termo
247 que não está nem na legislação e nem na literatura de ecologia, como os colegas aqui, todos vão concordar comigo
248 que remanescente de banhado não existe, ou ele é um banhado e ele exerce a sua função ecológica e enológica
249 de um banhado ou ele não é um banhado. Banhado remanescente, não existe. Então com base nesse tipo de
250 artimanha, tem todo aquele condomínio construído antes da ponte dos Sinos, a esquerda da BR em São Leopoldo,
251 em cima do banhado, todo aquele condomínio com essa argumentação, é por isso que acontece enchente lá e
252 também porque a civilização vai avançando e ela vai tirando água onde a água pode se infiltrar no solo, ficar
253 armazenada. Então, é preciso haver uma gestão disso. Eu concordo, com você, quando você diz que a demora do
254 DEFAP, não é aceitável, eu concordo com a Andreia que precisa ter mapa que precisa ter estrutura no site, que isso
255 tudo precisa ter, mas agora pra isso precisa ter estrutura no DEFAP, e o Governo do Estado, até hoje não entendeu
256 que pra acelerar a economia, pra conseguir gerar emprego, que precisa investir aqui na FEPAM, na SEMA, aqui
257 que ele tem que investir, pra agilizar, andar mais rápido, é estrutura, e não é tirando gestão, não é reduzindo, não é
258 assim que vai resolver, tem que ter recurso, tem que ter mais gente no DEFAP, tem que ter recurso pra fazer as
259 coisas, aí a economia também vai andar abraçada, isso é importante, é extremamente importante. Não é tirando
260 essa ferramenta da gestão que é o DEFAP tendo o controle, sobre as áreas protegidas do Estado, sobre os
261 ecológicos, sobre a gestão dos biomas e a manutenção vida aqui no nosso Estado. Então eu acho que é caso de
262 unir forças, com o Pró-Sinos, a FAMURS, os órgãos todos ir para o Governador do Estado e dizer, olha, a gente
263 precisa de mais dinheiro na área ambiental para agilizar as coisas, e não dizer, olha a gente vai reduzir a gestão
264 ambiental, vamos fazer menos para que vá mais rápido, eu acho que é isso que a gente precisa juntar forças e
265 fazer e nós estamos juntos, a gente também tem isso. **Sra Lisiane Becker** “Eu acho que nós estamos confundindo
266 algumas coisas aqui, Lei da Mata Atlântica não é anuência do Estado, é anuência Federal, existe anuência sim, até
267 o Estado pede Federal. Quanto a anuência municipais sim, eu tenho conhecimento do Estado pedindo anuência
268 pra fazer condomínio em intervenção em APP, tenho conhecimento, a questão que o Manuel levanta, é muito
269 importante porque, complementa aquilo que eu estava falando, não é a questão de ser anuência sem a licença, a
270 importância da APP em si, pra vida, pra nossa qualidade de vida, pra questão hídrica, essa questão da Resolução
271 eu acho que deve de voltar pra Câmara Técnica, para amadurecer, e vou tornar a dizer, foi rápida sim aprovação,
272 não foi o processo, a aprovação, (inaudível) aqui no CONSEMA, não foi nenhuma outra entidade, foi uma ONG que
273 pediu (inaudível) deu no que deu, a aprovação foi muito rápida, não houve amadurecimento como nós estamos
274 acostumados, (inaudível) ficamos uma tarde inteira, discutindo um CODRAM, nós aprovamos aqui, vários
275 CODRANS, recolhemos vários depoimentos dentro da Câmara Técnica dizendo que não tinham condições de
276 votar, nem sim, nem não, porque não tinham o conhecimento, votavam na confiança, eu tenho testemunhas disso,
277 então realmente a aprovação foi ali, as pressas, teria mais tempo pra discutir, foi pedido e foi negado. (inaudível)”
278 **Sr. Carlos Atilio Todeschini** “Venho aqui representar a posição da minha prefeitura municipal de Canoas, o que
279 resolve dar uma delegação para um Município, dar com uma mão e tirar com a outra, ou os Municípios tem
280 competência ou não tem, se não tem competência pra concluir um processo então supre-se todas as delegações,
281 não tem sentido, nós passamos meses e meses aguardando retorno de uma anuência que é um ato formal, como
282 aqui (inaudível) seis (6), oito (8) meses pra acontecer, são vários, não é muito (inaudível) cinco (5), seis (6) meses
283 de várias Resoluções importantes, então, vamos ser muito objetivo, se foi dada a delegação, então vamos assumir,
284 se não se suprime e volta e assume (inaudível) essa é a nossa posição aí, de acordo com a proposta apresentada.”
285 **Sr. Darci Campani** “Essa discussão já é a terceira vez que vem aqui para o CONSEMA, e já temos uma decisão
286 aqui, não é que não tenha discussão, tem a decisão de manter a anuência, esse plenário já se posicionou a favor
287 de manter a anuência acho, ainda batalho para que todas as questões passem pelas Câmaras Técnica, e não se
288 venha assunto direto aqui, FAMURS tem sido doutora em mandar assunto direto aqui para o plenário, sem passar
289 pelas Câmaras Técnicas, depois em um outro momento político, quer dizer que tem que passar pela Câmara

290 Técnica, tem que ter em certo ponto um pouco de coerência, eu tenho viajado para o interior e em princípio não
291 tenho visto tanto Município contratando tanto técnico assim, muito pelo contrário, passei por algumas prefeituras assim,
292 não muito pequeninhas, todas dizendo que não tem dinheiro pra nada, não tem dinheiro pra contratar, não sei se
293 está havendo dois Estados diferentes. A questão da anuência, esse então, vamos fixar um prazo. Amigo
294 Todeschini, não está sendo tirado, como a Lisiane disse, anuência é anuência, o licenciamento ambiental já sofreu
295 essa alteração, a algum tempo atrás, zero um (01) foi editada não tinha prazo, aí tu entrava lá com o pedido de
296 renovação da RO e não recebia antes de vencer a RO, tu estaria na ilegalidade, aí teve uma Resolução do
297 CONAMA, na qual dizia, que se tu pedia a renovação da RO, seis (6) meses antes, do vencimento da tua RO, tu
298 estaria com a tua RO válida até que o órgão se posicione. É uma alternativa, para o DEFAP fazer a sua anuência,
299 concordo realmente que temos que agilizar os órgãos públicos, investir nos órgãos públicos, principalmente na área
300 ambiental, com mais gente, mais capacidade, mas nós temos que pensar no sistema de meio ambiente. Janeiro
301 desse ano, eu pedi em alguns Conselhos que eu participo, que a gente faça uma discussão sobre o Estatuto da
302 Metrópole, foi aprovado, é lei, quinze (15) de janeiro se eu não me engano, foi aprovado o estatuto. Aí nós temos
303 que começar a pensar diferente, não é mais Estado contra município, município contra o Estado, nós estamos uns
304 quarenta (40) anos atrasados nessa discussão, quem insiste nessa discussão, está metodologicamente uns
305 quarenta (40) anos atrasado. A França já passou por isso, já voltou, já foi está nas regiões, nós temos Comites de
306 Bacia e planos de Bacia que o Municípios não estão respeitando, um estudo feito pela UFRGS, Planos de
307 saneamento na Bacia do Rio Gravataí, apenas um Município escutou o plano, de oito (8), escutou, não levou a
308 sério. Todos os outros sete (7) municípios nem sequer consultaram o Plano de Bacia, ou então a gente começa a
309 consultar em Região e sai dessa discussão aqui, que países como França já passaram a quarenta (40) anos atrás,
310 ou a gente fica nessa coisa, quarenta (40) anos atrasado, brigando Estado contra Município, Município contra o
311 Estado. O colega da UPAN, o Manuel, falou de Esteio, aqui na Zona Norte de Porto Alegre, o Plano Diretor de Porto
312 Alegre, desde os anos (60) todo banhado de Gravataí tem que ser aterrado, dois anos atrás a população de
313 Alvorada teve que romper dikes porque estavam dentro d'água e a FIERGS sofreu o efeito de um problema de não
314 saber que o meu Município tem um limite, mas o meio ambiente não tem esse limite. Então tem que começar a
315 pensar em Região e não só nos municípios, e na questão das APP's acho que tem que fixar um prazo para essa
316 anuência, seria uma saída melhor, simplesmente do que não ter anuência, anuência significa que a gente quer por
317 sistema, eu faço mas eu informo, nós tivemos aqui já, ainda antes da cento e quarenta (140) antes tínhamos quinze
318 (15) licenciamentos feitos, pelo Municípios em que o CONSEMA podia só fazer uma moção admonitória, eu sei que
319 o Estado não podia enfrentar e era o Ministério Público pedindo pro Estado reagir e ninguém nem o Ministério
320 Público e o Estado de tirar a validade de uma licença ambiental que era irregular e estava todo o processo
321 tramitando aqui e a própria FEPAM pedindo para o CONSEMA, pra Câmara Técnica, pra que ela tentasse achar
322 uma solução para essa situação, então ou a gente pensa o Meio Ambiente como sistema ou a gente vai ficar
323 eternamente, mais uns quarenta (40) anos aí em relação ao que o modelo Europeu já desapareceu. **Sra. Maria**
324 **Patrícia** "Eu até tenho aqui inscrições aqui de Esteio, FAMURS, SMAM, eu não sei, na verdade eu ia aqui, prestar
325 um esclarecimento a questão com relação as anuências, essas que se exigem da Mata Atlântica, do IFAN, FUNAI é
326 realmente com base em legislação especial, que na verdade a Lei complementar por ser em Geral de competência,
327 não remove essa Lei específica de competência, então por isso que na verdade se entende que pra essas, a
328 questão de ter que se pedir autorização pra outros órgãos, anuência para outros órgão, não seria ilegal, com
329 relação a APP, não tem nenhum parênteses específico que determine esse tipo de intervenção que seja de
330 competência plena ali dos Municípios, pela Lei complementar cento e quarenta (140). Esse seria o raciocínio do
331 fundamento, com relação a proposta pela Secretaria do Meio Ambiente, e aí o que eu gostaria de salientar pro
332 Conselho. Já tem mais Municípios aqui, que se referem que não vão cumprir, a questão jurídica, a questão da
333 pressa que é o que vocês querem, houve críticas aqui, o que vai acontecer, vai acontecer uma batalha jurídica aqui,
334 eu enfim, sou ainda da procuradoria do Estado, a gente tem essa experiência com relação ao judiciário, então
335 vamos lá, o Município de Porto Alegre disse que não vai cumprir, o que nós Estado vamos fazer? Vamos autuar os
336 vários casos? Vamos ajuizar uma ação contra o município? Os outros municípios vão ajuizar contra nós, vai ter
337 municípios com liminar, outros sem liminar, essa na verdade é a urgência pela discrepância de procedimentos aí e
338 pela questão de não ser conforme a legislação Federal, é por isso que se trouxe essa proposta, o que eu ia propor
339 pra plenária, eu teria mais três (3) inscrições do pessoal que já falou, eu não sei se a questão de vir direto pra
340 plenária, foi posta em votação na reunião passada, então é uma questão superada, aqui a maioria foi posta
341 expressamente em votação. A questão dessa específica foi encaminhada diretamente para a plenária, por votação
342 na reunião de janeiro. Ela seria incluída em pauta para discussão e se tivesse dúvida dos Conselheiros, para
343 votação. **Sra Lisiane Becker** "Até porque a reunião ficou um pouco conturbada no final, se perguntou novamente
344 como seria, se concordou (inaudível) aqui pode ser simplesmente votado e vai para a Câmara Técnica, para
345 discussão e não aprovação direto da plenária, isso daí é totalmente contrário de como lidamos aqui no CONSEMA,
346 (inaudível) eu também vou pedir encarecidamente, é a segunda vez que desde que iniciamos todos neste
347 colegiado, que sejam restritos aos comentários, porque nós temos Conselheiros representando aos diversos

348 setores da sociedade, então nós temos repetidos representantes, que não são representantes aqui nesse
349 Conselho, que são representantes dentro do seu setor se manifestando aqui na frente, então eu vou ligar pro
350 pessoal da ONG's também e vir todos aqui também, confirmarem que são representantes do nosso setor, fica
351 repetitivo. **Sra. Maria Patricia** “Nesse ponto o regimento interno é omissivo, acho que agora é uma das coisas que
352 se pode tratar no grupo que vai começar agora em março.” **Sr. Valtemir** “Só esclarecer, que a posição da Lisiane, é
353 que no caso os Municípios estão se manifestando através da FAMURS e os Municípios individualmente, então pra
354 não tumultuar a reunião, a gente vai pedir assim, que na medida, da necessidade de manifestação do Municípios,
355 eles o faça através da FAMURS, foi só, pelo o que eu entendi, foi essa a posição pela ONG e pra evitar um conflito
356 maior. **Sra. Maria Patricia** “Bom, na verdade eu tinha claro que na reunião passada a gente deliberou por incluir em
357 pauta a minuta, como foi levantada essa dúvida, eu acho que vou colocar novamente essa questão, em votação
358 para a gente não, na verdade não se quer atropelar nada, o assunto é urgente. Pelas consequências. **Sra. Lisiane
359 Becker** “Acho que o Campani tem uma outra proposta também, vai ter que fazer várias votações, que também são
360 propostas muito interessantes que precisa de tempo. **Sra. Maria Patricia** “Fica uma proposta sucessível, na
361 verdade se voltar nesse sentido, se pode fazer uma proposta sucessível do tempo. **Sr. Valtemir** “É que é muito
362 simples, se essa proposta for aprovada, a proposta do Campani fica excluída. **Sra. Lisiane Becker** “Aí vai pra
363 Câmara Técnica de novo.” **Sr. (?)** “Isso foi votado na reunião passada. **Sra. Maria Patricia** “Na verdade eu vou
364 colocar em votação, de novo então aqui, com relação a deliberação de hoje sobre esse assunto, se os
365 Conselheiros sentem-se suficientemente esclarecidos, pra deliberar hoje, sobre esta Resolução, quem for
366 favorável, levante seus crachás. Quinze (15) votos. Quem é contrário? Seis (6) votos contrários. Abstencões (3). Na
367 verdade com relação as presenças, no começo havia, só pra deixar o registro em ATA, a FETAG compareceu, tinha
368 justificado a ausência ela encontra-se presente e mais a representante da FEPAM. Bom, na verdade eu vou colocar
369 a Resolução em votação, e aí se ela não for aprovada, a gente vê as propostas sucessivas ali do prazo para a
370 anuência valer, no prazo. Quem é favorável a proposta de Resolução encaminhada por e-mail e apresentada aqui
371 na presente plenária? Quatorze (15) votos favoráveis. Votos contrários a aprovação? Oito (8) votos contrários.
372 Aprovado pela maioria. Entramos na pauta então de Assuntos Gerais. **Sra. Lisiane Becker** “Vou pedir a Secretaria
373 Executiva a degravação reunião pra confirmar o que foi falado da minha parte... **Sra. Maria Patricia** “Eu peço então
374 Lisiane, depois tu nos acompanha ali na Secretaria Executiva, pra pegar em Pen Drive, por que o arquivo não vai
375 por e-mail. **(Sr. Prefeitura)** “Desculpe, mas a gente precisa sair, temos uma reunião com o vice-prefeito, nós
376 estamos solicitando, em primeiro lugar nunca vi nessa história de democracia, não poder falar mais no CONSEMA,
377 mas legal. Nós estamos pedindo uma revisão da Resolução, eu acho que é a duzentos e setenta e seis de dois mil
378 e treze (276/2013) aquela que proíbe a estação de tratamento de efluentes, receber efluentes que vem através de
379 limpa-fossas, não sei por que saiu essa resolução, o que interessa a uma estação de tratamento de efluentes, se
380 ela tem capacidade de atender o padrão recebido de uma limpa-fossa. Esse Conselho jogou na clandestinidade,
381 todo esse sistema de limpa-fossa, teoricamente as estações de tratamento de efluentes, não podem receber esses
382 efluentes, então a gente pede, urgente revisão, (inaudível) ninguém entendeu essa proibição, e estão jogando, todo
383 o sistema de limpa-fossas que é onde se atende pessoas que não tem um atendimento público, a clandestinidade,
384 por isso é urgente a revisão. Com relação, Campani, desculpa, eu acho que (inaudível) profunda, por que eu acho
385 que o Estado, União e Município, não estão cumprindo o seu papel, por isso ninguém respeita, (inaudível) mais
386 profunda, eu espero que esse Conselho discuta isso, (inaudível) nos últimos dez (10) anos, aconteceu por duas (2)
387 vezes essa (inaudível) não estamos tomando nenhuma providência, com relação a isso desde a mortandade de
388 dois mil e seis (2006) no ano anterior, faltou água pra toda bacia do Rio do Sinos, porque, vinha lá de cima pelo,
389 (inaudível) do caí, pela hidrelétricas, dez a quinze metros cúbicos (10-15m³) por segundo, se não, não teria, nesses
390 dez (10) anos, durante dois (2) anos água pra beber no Rio dos Sinos, isso vale pra Bacia do Gravataí, e eu acho
391 que isso vale pra Bacia de Santa Maria, e nós não estamos discutindo essas coisas seriamente, estamos
392 discutindo outras coisas que inclusive, denigrem e fazem demérito a este Conselho, obrigado. **Sra. Maria Patricia**
393 “Passamos para os assuntos Gerais, com a Lisiane. **Lisiane Becker** “Na verdade é um pedido a casa, em especial,
394 (inaudível) nós estamos comemorando o dia da Mata Atlântica em maio e estamos pedindo com antecedência para
395 que seja organizado, as entidades me coloco a disposição, algum evento, seminário, até pra esclarecimento do
396 Plano Municipal da Mata Atlântica e agilizar, por que essa proposta foi aprovada aqui nesta casa e está perdendo
397 espaço, toda hora porque muda a resolução, vai e volta pra Câmara Técnica a resolução e essa pauta, assim como
398 uma outra, que está naquela carta, ofício que eu enviei, são duas propostas que foram aprovadas aqui na casa
399 para ser discutida na Câmara Técnica estão paradas por força dessas novas demandas na mesma resolução a
400 duzentos e oitenta e oito (288). Então eu queria pedir a consideração e pedir encarecidamente que se pense em
401 algum evento com relação a ressuscitar algo que se sobrou dela aqui no estado, como foi falado hoje de manhã
402 (inaudível) do Pampa, eu acho que seria interessante que os Conselheiros soubessem um pouco mais, do que
403 realmente tem pra não haver essas confusões de compromisso do Estado pra certas áreas, conhecer a lei da mata
404 atlântica, o que é o Plano Municipal de Mata Atlântica e fomentar esse programa, um projeto que está tentando
405 entrar em uma Câmara Técnica e não foi colocado adiante. **Sra. Maria Patricia** “Lisiane não sei se tu conhecestes

406 o Gabriel que é o Diretor do... Acho que seria um bom... pra tratar, ele também tem preocupação com relação a...
407 Acho que talvez eu vou te pedir o... Eu não sei se tu tem os contatos dele eu falo que tu vais conversar com ele, aí
408 tu faz esse contato, constrói ali alguma coisas com o DBIO e a gente apoia também, na verdade a tua ideia era
409 saber o que a Secretaria do Meio Ambiente poderia apoiar né? Fica a provocação então, eu passo para o setor da
410 SEMA que trata dessas questões, mais alguma coisa nas pautas de assuntos gerais? **Sr. Darci Campani:** “Só pra
411 lembrar, a gente deve de reivindicar, a gente aprovou na última reunião que a gente quer notícia das Câmaras
412 Técnicas, como estão as questões, algumas não foram convocadas e a Câmara Técnica de Águas Contaminadas
413 que a gente não teve nenhuma, já teve aprovação aqui, já vai fazer tanto tempo que foi aprovada, que nem se sabe
414 que há. Até agora não teve nenhuma chamada de reunião e nem das entidades. **Sra. Maria Patricia** “Fica o
415 compromisso, aqui de fazer, estamos ainda fazendo o levantamento das ATAS que ainda não estão degradadas,
416 pra ver qual é o encaminhamento que a gente pode fazer, se é contratação enfim, tem várias questões ali na
417 Secretaria Executiva que a gente pretende organizar. Obrigado pela lembrança, fica o compromisso de rever isso
418 daí. Mais algum assunto? **Sr. Eduardo Stumpf** “Só pra ver se eu estou certo, mas nós ficamos com o compromisso
419 de até dia vinte e sete (27) a gente apresentar propostas sobre as Câmaras Técnicas, assuntos, fazer uma
420 avaliação, quais trabalhar em relação as Câmaras Técnicas. Tendo em vista, que a pauta das Câmaras Técnicas, é
421 dada aqui no CONSEMA. Então, eu acho que é isso, nós temos até semana que vem. Assim como nós temos até o
422 dia vinte e sete (27) pra fazer alguma sugestão objetiva, pra discutir na Câmara Técnica permanente de
423 Agrotóxicos que estava desativada que tem a proposta de ela ser ativada e ficamos, os Conselheiros de trazer uma
424 proposta pra discutir, discutir o que? Que Resolução vai sair disso ou moção ou recomendação, tendo em vista que
425 temos vários assuntos discutidos. E hoje aqui veio vários assuntos importantes, volta pro CONSEMA e começa vim,
426 então por exemplo, esse das Fossas Sépticas, eu me lembro, talvez o CREA possa nos ajudar, que na época que
427 nós discutimos toda a questão de Saneamento, depois, quando foi aprovada essa questão de as Fossas Sépticas
428 não poderem lançar em Estação, se reconheceu que parece que foi um erro, então, se realmente foi um erro, está
429 trazendo problema, está trazendo mais problema ambiental do que... Então acham, que nós teríamos que colocar
430 em uma pauta pra uma Câmara Técnica ou alguém que tenha maior capacidade no assunto, trazer uma Resolução
431 para a gente modificar essa Resolução. E aí, de tudo que se falou também, eu como representante do Comitê de
432 Bacias sempre tentando ver, aonde o Comitê vão se inserir nisso tudo, porque nós temos os cinco (5) sistemas
433 ambientais, temos lá o Comitê de Bacias, até quando se falou em Região Metropolitana, ali quando o Ivo, bem
434 lembrou, talvez seja difícil a gente fazer gerenciamento de Bacia Hidrográfica na Região Metropolitana, pela Bacias
435 Hidrográfica. Talvez aí tenha que ter alguma discussão, com relação, ao gerenciamento, não só pelas Bacias, e aí
436 pra isso nós precisamos do Zoneamento Ecológico Econômico, como nós vamos ligar os Planos de Bacia, que já
437 estão funcionando, com Licenciamento Municipal, com o Licenciamento Estadual. Então, o que eu vejo é assim, é
438 um problema de planejamento muito grande. Pra mim a solução disso é em política, é uma estruturação dentro da
439 SEMA, quem tem que pensar nisso é a SEMA, porque tivemos nós Conselheiros, representantes da sociedade e
440 Secretaria da Cultura por exemplo, e nós não temos tempo e capacidade de tentar reunir todo esse planejamento,
441 pra fazer esse organograma. Quando é que começa, lá nos Planos de Bacia? É depois da APP? Mas o que a APP
442 tem haver com o CARS, com o DEFAP, DBIO hoje. Então eu acho que nós precisamos, que nós somos Conselho
443 Superior e acho que nós Conselheiros, não estamos conseguindo entender, como que nós vamos planejar, fazer
444 um planejamento estratégico do Meio Ambiente do Estado. Então isso aí se trabalha por demanda, como
445 Bombeiros, pede anuência, daí depois vai lá, aí deu um problema aqui, (Inaudível) Ministério Público e a gente não
446 está conseguindo fazer aqui o Planejamento Estratégico, que talvez o Governo queira isso, precisa disso, então eu
447 acho, a minha sugestão é que a SEMA, a Secretaria, que detém o tempo e a competência, ela dê uma pensada
448 nisso, até porque ela trabalha com os Comitês, ela trabalha com o Sistema de Unidade de Conservação, ela
449 trabalha com o CARS, ela trabalha com o representante da Sociedade, ela trabalha com a FEPAM, que ela tenta
450 fazer um organograma pra gente discutir, uma coisa boa que se fez, um ano atrás, depois do incêndio da FEPAM,
451 que o CONSEMA estava todo bagunçado, e aí se foi proposto, aquela questão das Agendas. E aí nós discutimos
452 vários assuntos e fechamos uma agenda, foi feita várias apresentações, varias proposições, muitas dessas
453 proposições foram encaminhadas para a Câmara Técnica, só que as Câmaras Técnicas não sabem mais disso.
454 Porque elas não sabem mais? Porque a secretaria Executiva, está sempre trocando, a SEMA tá sempre trocando,
455 a SEMA troca, uma vez por ano, eu ainda me lembro assim, quando entrou a Jussara Conny, que esperança, agora
456 vai, e ela jurou, eu vou ficar os três anos e meio porque só depois eu vou ir, mas não é a Jussara Conny, é todos.
457 Nós já tivemos quatorze (14) anos de SEMA, quatorze (14) secretários, quinze (15), dezesseis (16), as vezes teve
458 até três (3) no mesmo ano. Então, é isso, a SEMA tem que nos dar o apoio, como Conselheiro, a gente tem boa
459 vontade, tem representatividade, mas a maioria dos assuntos, eles vão caindo aqui e a gente vai, atropelando, vai
460 fazendo Resolução, e eu não consigo ver isso, esse trabalho do meio ambiente, eu não consigo ver esse
461 planejamento do Estado, pra onde a gente vai, que o Mauro acabou de dizer, o Mauro com a experiência de
462 FEPAM, o que nós estamos fazendo pela questão do Sinos? A questão do Sinos é o que? É problema da falta de
463 chuva? Não. É porque tá indo pra arrozeiro? Na minha opinião, não. É porque tem muita gente? Sim. Aí não

464 podemos ter nada, aí tem a questão dos banhados. Então, como eu resolvo o Sinos? Dentro do Comitê Sinos? Era
465 ser assim, mas já se criou um Pró-Sinos reunindo os prefeitos que aparentemente, mais ou menos funcionou. Mas
466 como é que isso liga com Porto Alegre, liga com os lagos, liga com todo o Comitê? Então o meu assunto Geral que
467 eu trago é esse, nesse ano pra nós não ficarmos aqui. Nós temos doze (12) reuniões, é pouco. E a gente não tem
468 pauta, o que a gente vai discutir em março? Não sei alguém vai sugerir, sei lá, vai aparecer um incêndio aí e nós
469 vamos inventar uma Resolução, que vai ter erro, todas elas acabam tendo um erro, nessa Resolução por exemplo
470 do impacto local, uma coisa que eu também sou contrário, (inaudível) como impacto local, isso leva o que? Isso cria
471 a obrigatoriedade de ela ser licenciada, e aí o Município tem que estar licenciando (inaudível) sendo que os
472 Municípios tem Alvará Sanitário, então talvez, o problema nosso é isso, é criar muito mecanismo, pra muita coisa, a
473 Fiscalização Municipal, a FEPAM, (inaudível) então a minha proposta é que a gente pense um pouco, porque fica
474 ruim, vir uma vez por mês aqui no CONSEMA, se esforçar nesse momento, pra ser um gênio e tentar salvar o meio
475 ambiente. Tá difícil. Obrigado. **Sr. Fernando Hartmann** “Não queria perder o gancho do meu antecessor, que a
476 gente falou, todo o sistema está mal. E a coisa começa por nós aqui mesmo aqui nesse Conselho, então nós
477 acabamos de aprovar uma mexida na Resolução que a Sociedade de Engenharia é favorável, mas ao mesmo
478 tempo (inaudível) dessa mesma resolução que está cheia de pendências, então nós estamos fazendo as coisas
479 aos pedaços, quer dizer, a gente precisa fazer uma coisa mais organizada, por que, nós fizemos essa modificação
480 hoje, ela foi aprovada, OK. Mas vem junto com ela (inaudível), que estão erradas, e é a essência, daquilo que foi
481 falado antes, por isso que eu votei contra, apesar da Sociedade ser a favor, (inaudível) se a gente não mexer e
482 rápido, vai dar uma confusão no Estado enorme. Esse é o problema, e nós aqui precisamos pensar mais, melhor e
483 com qualidade. Obrigado. **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Quem sabe tu não faz um relato?” **Sra. Sandra Berto**
484 “Boa tarde, sou a representante da Sociedade de Engenharia na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. A
485 alteração da duzentos e oitenta e oito (288), conforme foi encaminhada na última reunião deste Conselho, feita
486 para a Câmara Técnica, está sendo revista pela Câmara Técnica, conforme uma proposição encaminhada pela
487 FEPAM. A gente acho que fosse de poucos itens, mas na verdade existem mais itens do que a FEPAM
488 encaminhou, a gente verificou ainda que, no encaminhamento ainda tenham coisas em aberto, que tinham coisas
489 que deveriam ser analisadas e alteradas, a gente não conseguiu vencer a pauta que tinha da alteração proposta,
490 foi também encaminhada proposta pelas entidades, que serão analisadas, então a gente tem aí, talvez precise de
491 mais uma ou duas reuniões pra nós vencermos essa pauta, mas está sendo revisto pela Câmara Técnica os itens
492 propostos, inclusive, Rafael a gente depois poderia conversar, pra fazer o relato, desses últimos itens, mas está
493 sendo discutido aqui, pra necessidade ou não pra licenciamento de atividades que talvez tenham um impacto
494 irrisório. Vamos rever essas questões também. **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Obrigada Sandra.” **Sr. Eloi Flores**
495 “Boa tarde a todos, eu estava pensando sobre o que foi colocado no início, e me chamou a atenção. O direito está
496 acima do processo do Estado, e aqui se discute profundamente Resolução, normas, regras, leis mas a Sociedade
497 não se organiza a partir daí, ela se organiza a partir da administração pública, tu tens razão, nós estamos
498 discutindo aqui, profundamente debates de leis e eu fiquei pensando sobre o Estado do Rio Grande do Sul,
499 primeiro organizado em micro bacias, macro bacias (inaudível) e tem vários setores ali em Novo Hamburgo que
500 estão sendo subdivididos e a gente pegou, como é que funciona todos os mecanismos do Estado. Como eles
501 funcionam? No ponto de vista econômico os prefeitos tem que resolverem, o setor privado tem que resolver e a
502 sociedade também tem que resolver. Temos um aspecto ainda mais grave fora do econômico que atinge as
503 populações no seu comportamento social, na sua mobilidade. Na região do Litoral norte foi o lugar que mais fez
504 frio, aí o sistema de calefação absurdo (inaudível) as suas resistências e as suas fragilidades. E temos um terceiro
505 fator, antropológico da população como ela se organiza, como ela se alimenta e seu pensamento. Eu na verdade,
506 cheguei aqui no CONSEMA, nessa reunião, com a expectativa de questões estratégica de planejamento,
507 deslocamentos de ideias sobre as questões econômicas (inaudível) e não se pode de uma hora pra outra dizer que
508 o setor privado está errado e que a sociedade gera, o Estado não comanda o Governo Federal não comanda, um
509 fica largando pro outro, Município, Estado e Federação. A verdade é que o Estado brasileiro tem que pensar sobre
510 outra fonte. Temos o Planejamento, a organização dos recursos, e os recursos são, terra, água, ar, tudo que se
511 utilize e principalmente a organização entre nós seres humanos. Temos um dificuldade enorme de compreensão e
512 nos digladiamos em reuniões e reuniões, em decretos, leis (inaudível) mas não é problema do Município (inaudível)
513 as famílias precisam morar em algum lugar. E o pior, não estamos dando conta no Brasil, de que a questão elétrica
514 e a questão hídrica já está nos mostrando a uns dez (10) anos o nosso futuro e nós insistimos em não enxergar
515 isso. E com perdão, estamos discutindo coisas tão pequenas. Felizmente é São Paulo que está (inaudível) Rio de
516 Janeiro (Inaudível) e tem dois recursos que nós não podemos abrir mão, se não nós não vamos surpreender essa
517 sociedade tecnológica. É a geração de energia que gera impactos, aonde nós nos mexermos como bicho homem,
518 tem impacto, não tem saída. Quando nós vamos resolver o problema elétrico do Brasil? Não enxergamos o país, só
519 enxergamos o município. E o mais dramático, nós não conseguimos ver, uma solução para os Recursos Hídricos,
520 abundante no país, mal utilizados, fartamente dispersados e de uma incompetência na gestão pública brutal, pela
521 perda que existe de trinta, quarenta por cento (30%/40%) do que deveria ser distribuído. Mas eu vou poupar a

522 CORSAN, o DMAE, vou dizer pra ele não, nós temos que parar pra pensar nisso. Começar a conversar, eu acho
523 que essa nossa estratégia é muito mais, muito mais aqui dentro, (inaudível) mas saber por que se perde quarenta,
524 cinquenta por cento (40%/50%) (inaudível) de água no Rio Grande do Sul, o que está havendo? Isso para mim
525 seria muito bom, trabalho com a Educação, pensar, levar para o crescimento das escolas, (inaudível), do ensino
526 médio, ensino fundamental, levar para as famílias, pra nós seria muito bom isso. Agora discutir uma lei, uma
527 resolução, um decreto, sinceramente. Acho que não tenho a competência e não teria nenhum, com o perdão da
528 palavra, nenhum resquício de tesão para ouvir, me ouvirem e (inaudível). Então vou deixar uma proposta, tô de
529 acordo que nós devemos de pensar estrategicamente, nós estamos trabalhando somente o sólido e não o produto.
530 Essa é a minha manifestação. Obrigado. **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Mais alguma inscrição? Tá, depois eu
531 passo a palavra pro Valtemir, a gente tem uma proposta aqui pra próxima reunião.” **Sr. Eduardo Stumpf** “Só
532 reforçando que se eu não me engano, nós ficamos de até o dia vinte e sete (27) semana que vem, sexta-feira de
533 apresentar essas propostas, não vai dar. Eu no meu caso eu represento vinte e cinco (25) Comitês, não vai dar
534 nem por e-mail, mal e mal, pra falar com o pessoal que, o problema é eu explicar pra eles que proposta que nós
535 estamos impondo, qual é a proposta? Vai ser difícil. Então que se estenda regimentalmente esse prazo, pra que
536 todas entidades apresentem propostas, de Câmara Técnica ou de tema, eu acho que a gente tem que fazer por
537 categoria, qual é o tema um (1)? É a água. O tema dois (2)? Vegetação. O tema três (3)? Sol. E como que nós
538 vamos ligar isso? Então talvez, volto a insistir, a SEMA tem que nos ajudar a fazer isso, que nós não temos tema.
539 **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Eu não sei se a gente tem quórum pra qualquer deliberação. Mas a questão de
540 enviar para as Câmaras Técnicas, algumas matérias é a qualquer momento a ser apresentada pra plenária. A ideia
541 de encaminhamento é que quando alguns dos Conselheiros tiver alguma proposta, seja de assunto, seja de
542 alteração de alguma resolução, uma proposta nova, que venha com essa proposta, minimamente estruturada,
543 enfim se quer uma Resolução, se é uma Moção, uma recomendação e que isso se coloque aqui, vamos colocar e
544 quando que vamos encaminhar para as Câmaras ou pra Plenária, conforme for o encaminhamento da maioria, a
545 ideia é de não nos furtarmos de pautar nada que os Conselheiros tragam estruturadamente aí. **Lisiane Becker** “O
546 que o Campani colocou, é o nosso grupo de trabalho para o Regimento interno.” **Sra. Maria Patricia Mollmann**
547 “Nós vamos chamar em Março.” **Lisiane Becker** “No CONAMA, pra encaminhar qualquer proposta, que foi o que
548 eu fiz eu anotei a (inaudível) do Regimento interno, de acordo com a Resolução CONAMA, acho que isso que é
549 isso que tá faltando, pra te dar uma ideia, não já vem com a argumentação da qual o objetivo? O que levou a
550 propor aquilo? Argumentação Técnica mínima. Essa é uma proposta minha, claro que não vai ser aquilo, mas...
551 Então tá faltando chamar aquele grupo de trabalho que a gente aprovou.” **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Pra
552 março, ficou na reunião de janeiro, que iria se chamar em Março a reunião do Grupo de trabalho, até se discutiu se
553 a Resolução, se estava em vigor, não estava em vigor, que acabou se votando que estava OK e que poderia se
554 começar as reuniões.” **Sra. Lisiane Becker** “Deveria de ser uma coisa mais em seguida, pra dar certo” **Sra. Maria**
555 **Patricia Mollmann** “Na verdade ficou em março em função de feriado de carnaval, o pessoal acabou pedindo, mas
556 enfim, tem várias sugestões, os Conselheiros tem outras sugestões muito boas com relação a um procedimento
557 que levou um andamento aqui pro Conselho e pra Secretaria Executiva também, por que esse regimento interno
558 pode regrar ali da Secretaria Executiva, por exemplo que se abra um expediente referente a cada resolução a
559 proposta, seus documentos, se tem alguma coisa mais concreta de cada matéria submetida ao exame, que se
560 saiba aonde ela está fisicamente, acho que aí tem algumas coisas boas que se pode organizar.” **Sr. Darci**
561 **Campani**: “Problema de Conselho é isso, quando troca o Governo, é mais normal ainda, na última reunião do
562 CONSEMA, ano passado se votou aqui o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, se votou que, na reunião seguinte
563 iria ter a apresentação e apreciação ou algum encaminhamento do CONSEMA sobre o Plano, a gente não tinha no
564 governo passado, qual que ia ser, não sei se ia ser um decreto, pode ser Resolução do CONSEMA, não tem
565 problema nenhum, legalmente a lei não diz nada sobre quem aprova o Plano Estadual, mas nós especificamente o
566 Estado do Rio Grande do Sul não gastou diretamente, mas gastou dinheiro público, que era do Ministério do Meio
567 Ambiente para fazer o Plano, o Plano está digamos entre esses planos dos sonhos, impossível de ser feito, e a
568 gente gostaria de obter uma posição boa do atual Governo, criticando o Governo anterior por não ter decretado,
569 deveria ter decretado até para bom uso do recurso público, mas a gente que um solução do Governo Estadual, eu
570 acho que o primeiro ponto seria em Março a apresentação e apreciação, ou pelo menos a posição do Estado se vai
571 ser Decreto, Resolução, se vai ser Lei.” **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Até me parece adequado o que o
572 CONSEMA mesmo, fica isso então para uma das pautas pra Março, pra a gente chamar para apresentação o
573 Plano. Obrigada pelo auxílio, agradeço a todos os Conselheiros também pela paciência com relação a transição e o
574 auxílio que estão prestando, aos poucos a gente vai dando segmento na melhor forma possível, tem também uma
575 outra proposta, eu vou passar aqui para o Valtemir pra pautar pra próxima reunião.” **Sr. Valtemir Goldmeier** “Então
576 assim, com relação a próxima reunião e acho que todo mundo anotou aí, dia doze (12), não é no final do mês de
577 março, é no início agora, a minha sugestão Patricia, é de que na próxima reunião, a gente fizesse um debate aqui
578 no CONSEMA, além de ter esse assunto do Plano Estadual de Resíduos a gente fizesse um debate a nível de
579 CONSEMA sobre o licenciamento ambiental. O Ministério do Meio Ambiente chamou todos os Secretários do

580 Estado do Meio Ambiente agora em janeiro a Brasília pra começar a discutir esse assunto, sobre algumas
581 estratégias de modificar esse atual modelo que aí está de Licenciamento Ambiental, então a minha sugestão se os
582 Conselheiros aceitarem, que a próxima reunião a gente faça a reunião exatamente em cima disso, falar sobre o
583 licenciamento ambiental, convidando a FEPAM, convidando o IBAMA, aqui do Rio Grande do Sul que participa do
584 processo de licenciamento das obras Nacionais aqui e também convidando o DEFAP, antigo DEFAP, agora DEBIO
585 pra tratar sobre licenciamento das atividades que envolvem a parte florestal, então a próxima reunião seria uma
586 reunião que seria pra trabalhar em cima dessa ideia, que tipo de licenciamento a gente quer? O que a gente sabe é
587 que o atual modelo que está aí posto, ele tem uma série de problemas e todo mundo reclama do sistema só que
588 para a gente mudar o sistema, nós temos que estudar e chegar a um consenso, qual é o consenso? Ninguém sabe.
589 Porque se tu perguntar pra FEPAM é um, se perguntar pra SEMA, é outro, se perguntar pro IBAMA, é outro,
590 perguntar pra Indústria é outro, então todos os segmentos aqui, considerando as várias colocações que foram feitas
591 aqui, de que o CONSEMA é dividido em segmentos, acho que a maioria dos segmentos tem como contribuir pra a
592 gente fazer esse debate sobre o licenciamento ambiental, que tipo de licenciamento ambiental a gente quer? Então
593 a minha sugestão Patricia, é que a próxima reunião a gente além dos outros assuntos que a gente tem aprovação
594 de pauta, a gente esses outros dois temas, fundamentalmente, o tema licenciamento ambiental, rumos do
595 licenciamento ambiental, como quiserem alguma coisa do gênero e o debate sobre o Plano Estadual de Resíduos
596 Sólidos. **Sra. Lisiane Becker** “Eu vou falar uma certa oposição, não ao assunto em si, mas como vai ser
597 encaminhada, por quê viemos aqui em uma reunião, de no máximo três horas (3h), falar de Resíduos Sólidos e
598 depois falar sobre o licenciamento, eu acho muito amplo. Nós vamos ficar batendo boca e não vamos chegar a lugar
599 nenhum, então eu não sei como é que é, pra ter uma ideia de como seria, acho que não tem cabimento nenhum
600 uma reunião dessas, a maioria que já sabe como é o licenciamento procedido pela FEPAM, nós temos um certo
601 conhecimento sobre a Resolução duzentos e oitenta e oito (288), eu não como é que nós podemos, sei que é
602 importante, com certeza é o assunto mais importante que nós temos, mas essa dinâmica de ficar vamos discutir,
603 vamos discutir o que? Como? Pra quê? Qual vai ser o objetivo? Qual vai ser o produto? Precisamos de um produto,
604 não somente ficar discutindo, discutindo a gente pode ficar a tarde inteira discutindo sobre licenciamento. Vamos
605 discutir, que produto nós queremos? Pra não ficarmos aqui falando sobre o assunto. **Sra. Maria Patricia Mollmann**
606 “Na verdade é relatada aqui agora a equipe da Secretaria de Meio Ambiente, ficou completa, a gente não tinha
607 todos os diretores ainda, então é pra vocês verem como essa transição do Estado, nem eu imaginava, na
608 procuradoria do Estado, a gente tem, quase todos são servidores de carreira, então a transição se dá um pouco
609 mais rápida, mas semana que vem a gente vai ter internamente, uma das primeiras reuniões que vai tratar da
610 questão de planejamento da SEMA. A FEPAM, infelizmente ainda não se conseguiu um nome, então de repente
611 com essa pauta eu faria o seguinte encaminhamento, se a gente conseguir um conteúdo concreto aí, eu convoco, a
612 pauta do licenciamento, é pra tratar isso ou aquilo, o que surgir dentro dessa reunião de planejamento e aí trago um
613 relato aí pra vocês, o que está sendo feito lá, dentro dessa linha de vocês, questão de planejamento.” **Sra. Lisiane**
614 **Becker** “Hoje teve uma reunião pela manhã com a Secretária e foi nos passado assim ela nos deixou claro, é que
615 existe como Conselheira do CONAMA, nós estamos sabendo que vai haver uma mudança qual o rumo que vai ser
616 dado não sei, mas já está ocorrendo desde o ano passado no CONAMA, e existe todo esse encaminhamento pra
617 isso e é inédito, nesse cenário é que nós temos que discutir, então por isso que, é pauta um esclarecimento, aí sim
618 por quê nós temos que discutir licenciamento em que cenário Federal, que está acontecendo agora, que a Ministra
619 já chamou os Secretários estaduais, que vai haver realmente uma mudança e cada estado vai apresentar um
620 projeto, uma proposta e que estão sendo ouvidos, aí eu coloquei pra Secretaria, aonde é que o CONSEMA entra?
621 Não é que o CONSEMA vai entrar, porque isso é uma política do estado, porque serão levantadas propostas e
622 levadas, não quero adiantar, porque foi falado de manhã, acho que seria interessante assim, que a própria
623 secretária viesse aqui na próxima reunião e apresentasse o que vai ser encaminhado pra Brasília e trouxesse o
624 contexto que nós temos que discutir, acho que esse seria um encaminhamento da melhor maneira. **Sra. Maria**
625 **Patricia Mollmann** “Eu participei da reunião lá em Brasília, é justamente nesse ponto inicial que se está, a ideia é
626 que se levem propostas, que qual é a visão que se tem, que hoje os órgãos, o relato de todos os outros secretários
627 de meio ambiente que estavam presentes, essa situação de grande demanda, de não conseguir enfim dar conta,
628 na verdade é geral e aí a ideia é repensar o modelo, é que nós já conversamos com os servidores da FEPAM, com
629 os servidores da SEMA, ninguém melhor que os servidores que atuam no licenciamento pra virem nos trazer estas
630 ideias, então dentro da SEMA, antes da próxima reunião e da FEPAM, antes da próxima reunião em Brasília, a
631 gente vai se reunir com os servidores da casa, é nesse sentido que a gente está construindo internamente, então
632 nos vários setores, no meu setor eu penso que isso pode ser melhorado, hoje a gente não tem nenhuma
633 concepção que a ideia de melhorar é melhorar não só o simplificar, mas o que a gente pode fazer, que
634 procedimentos são bons, que procedimentos é exigido a mais, visando sempre a questão de qualidade ambiental, o
635 que que é necessário e o que é desnecessário.” **Sra. Lisiane Becker** “Na próxima reunião nós temos que saber o
636 que é o foco.” **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Ainda nós não temos o foco dentro da Secretaria do Meio Ambiente
637 nem na FEPAM, do que vai ser trazido pela casa” **Sr. Darci Campani** “A gente tem o calendário Federal, mas

638 concordando com o colega da Secretaria da Educação, fazer a discussão mais sistêmica, não no detalhe. Mas por
639 que a gente fez esse debate aqui? Porque esse plenário aprovou na reunião passada que o mecanismos que faz a
640 discussão mas detalhada que a câmara, foi atropelada. Pra discutir alguma coisa tipo, né licenciamento, seria
641 interessante talvez amadurecer dentro de uma câmara e vim a plenário, mas lógico pode-se fazer uma primeira
642 discussão desse assunto ser levantado várias vertentes, esses assuntos vão para uma câmara, a câmara faz essa
643 discussão mais detalhada, e vem a plenária já amadurecida. Acho que temos um prazo e devemos cumprir ele por
644 que é um prazo que o Ministério não vai mudar. E eu gostaria dessa discussão, eu acho que o Brasil, que é o que
645 vamos discutir, ele sofre de uma deturpação, o artigo da Lei Ambiental que criam as ferramentas, dos mecanismos
646 de Gestão Ambiental, cria se não me engano doze (12) ou treze (13) itens de ferramentas de gestão ambiental, o
647 licenciamento é um deles lá, é o quarto (4º) ou quinto (5º), não é o único, se a gente faz a ação centrada no
648 licenciamento a gente já começa a discussão desvirtuada. Licenciamento, em um sistema que não existe, não
649 adianta ser discutido. **Sr. Fernando Hartmann** “Isso é um assunto interessante pra se tratar, principalmente pra ser
650 discutido aqui no Conselho, e seria importante que nós aqui do Conselho ficássemos, sabendo o que está sendo, o
651 que foi pelo menos discutido nessa reunião. E a questão o seguinte, talvez até pra pauta da próxima reunião, seria
652 talvez o primeiro assunto esse, na verdade seria um relato da reunião, pra que todos nós ficássemos sabendo
653 sobre o que está acontecendo lá, a gente sabe pelo jornal, conversando com A, B ou C, mas isso não é o correto, o
654 correto é a gente ter uma informação da Secretaria para os Conselheiros, e esse é um assunto importantíssimo né,
655 é aquilo que foi conversado no início da nossa reunião, o sistema todo tem que ser repensado e daí talvez o
656 segundo assunto devam ser os Resíduos Sólidos, que o Campani colocou eu acho que o primeiro... bom, é que
657 uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, ou seja, os Resíduos Sólidos, foi estudado foi gasto dinheiro
658 público, e esse outro está começando, então o Resíduo Sólido é uma coisa pra você definir e o outro é pra você
659 começar a pensar a discutir com qualidade. **Sra. Maria Patricia Mollmann** “Só um esclarecimento, a ideia da
660 discussão proposta pelo Valtemir não era levar uma proposta formal do Conselho, acho que essas discussões, vão
661 acontecer no âmbito Federal mas era afim de partilhar isso com vocês, bem nessa forma aí do relato, acho que na
662 próxima reunião CONSEMA a gente não vai ter realizado a reunião de Brasília, que é próximo da CONAMA, na
663 semana seguinte, mas talvez a gente já tenha realizado a nossa reunião interna aqui na SEMA e na FEPAM, então
664 esse relato, mostro até pra vocês, aí eu vejo também uma questão do planejamento como relato aí, certo, mais
665 alguma manifestação? Declaro encerrada a reunião.” **Não havendo nada mais a ser tratado encerra-se esta
666 reunião. Foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes a reunião.**
667

Maria Patrícia Mollmann
Presidente do CONSEMA
SEMA

Daniel Chies
ONG Os Amigos da Floresta

Torvaldo Marzolla
FIERGS

Fernando Hartmann
SERGS

Suzana Sperry
SDECT

Darci Campani
Instituição Universitária Pública

Ivo Lessa
FARSUL

Lisiane Becker
ONG Mira-Serra

Eduardo Osório Stumpf
Comitês de Bacias Hidrográficas

Eloi Flores
SEDUC/RS

Silvia Aparecida Rudek Wathier
FAMURS

Itabajara Vaz
Centro de Biotecnologia do Estado

Maria do Socorro Ramos Barbosa
SEPLAG

Alberto Niederauer Becker
SSP

Rosane Prato
SES

André José Kryszczun
SEDAC

Rodrigo Ramos Rizzo
SAP

Pedro Antônio Dall Acqua
SOP

Katiane Roxo
FECOMÉRCIO

Guilherme Velten Junior
FETAG

Rafael Volquind
FEPAM

Ana Lucia Flôres Cruz
SINDIÁGUA

José Homero Finamor Pinto
CREA/RS

Jonatan Bronstrup
SME

Manuel Strauch
UPAN